

PARECER Nº 36/2021/CJIN/ASJIN
PROCESSO Nº 00066.015820/2014-45
INTERESSADO: ALEXANDRE CAVALHEIRO CIRCELLI, COORDENAÇÃO DE
CONTROLE E PROCESSAMENTO DE IRREGULARIDADES
PROPOSTA DE DECISÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA – ASJIN

AI/NI: 00180/2014/SPO **Data da Lavratura:** 20/01/2014

Crédito de Multa (nº SIGEC): 662344181.

Valor da multa: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Infração: Infringir as normas e regulamentos que afetam a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de voo.

Enquadramento: alínea "n" do inciso II do art. 302 da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) c/c item 17.4(l) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135.

Proponente: Stelio Costa Melo Alberto – SIAPE 1585609 - Portaria ANAC nº 4.161, de 3 de fevereiro de 2021.

Competência: Decisão monocrática com fulcro no inciso I do art. 42, da Resolução 472, de 6 de junho de 2018.

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado sob o número em referência, por descumprimento da alínea "n" do inciso II do art. 302 do CBA, c/c item 17.4(l) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135, cujo Auto de Infração nº. 00180/2014/SPO foi lavrado, em 20/01/2014 (fl. 01v do arquivo SEI nº 0066286), com a seguinte descrição, abaixo *in verbis*:

CÓDIGO ANAC PILOTO: 102413 MARCAS DA AERONAVE: PT-HYB

DATA: 23/11/2013 HORA: 09:00 LOCAL: SBMT-SIBH-SSXX

Descrição da ocorrência: Infringir as normas e regulamentos que afetam a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de voo.

HISTÓRICO: Verifica-se na folha nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB, que na data de 23 de novembro do 2013 foi efetuado voo entre os aeródromos SBMT-SIBH-SSXX. O comandante do voo foi o tripulante Alexandre Cavalheiro Circelli (CANAC 102413). Observa-se que foram transportados 02 passageiros em voo de fretamento (FR), nas duas etapas. O peso adotado por tripulante, na ficha de peso e balanceamento difere do que foi estipulado no item 8.1.3 do MGO aprovado da empresa, de 75kg para passageiro adulto, visto terem sido lançados passageiros com 60 e 70kg (diferença total de 15kg). Calculado desta forma, o Peso de Decolagem foi de 1852kg, ou 98kg abaixo do máximo permitido. Consta no diário de bordo, que na primeira etapa a aeronave decolou com 60% da capacidade total do tanque de combustível, tendo sido utilizados 03% no primeiro trecho (SBMT-SIBH). Na ficha de peso e balanceamento desta etapa, consta que a aeronave estava com 250kg de combustível no momento da decolagem (SBMT-SIBH). Valendo-se da tabela constante na parte inferior, calcula-se que os 250kg equivalem a 316,45 litros ou 59,071% da capacidade do tanque, o que difere do informado no Diário do Bordo. Se por outro lado for considerada a informação de que a aeronave estava abastecida com 58% da capacidade máximo do tanque, isto equivaleria a 321,42 litros ou 253,92kg; o que também difere da informação apresentada.

A IAC 3151 preconiza os procedimentos para preenchimento do Diário de Bordo, a saber:

17.4 ANEXOS 4 E 5 - PARTE I REGISTROS DE VÓO - Preencher de acordo com as seguintes orientações:

l) COMBUSTÍVEL (COMB-TOTAL) preencher com o total de combustível existente antes da decolagem;

m) Pax/Carga preencher com a quantidade de passageiros e a carga transportada naquele trecho; Face ao exposto e diante dos documentos anexados a este Relatório de Fiscalização, o tripulante Alexandre Cavalheiro Circelli (CANAC 102413), preposto da empresa Reali Taxi Aéreo Ltda, cometeu infração capitulada no art. 302, inciso II, alínea (n), do Código Brasileiro de Aeronáutica (LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986).

Capitulação: Artigo 302 Inciso II (n) do Código Brasileiro de Aeronáutica (LEI Nº 7.565, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986).

2. No Relatório de Fiscalização nº 36/2014/GTPO-SP/GOAG/SPO (fl. 02v do arquivo SEI nº 0066286) são reiteradas as informações apresentadas no AI nº 00180/2014/SPO, sendo acrescentadas as seguintes informações:

[...]

Mesmo se for considerada a informação do diário que a aeronave estava com 60 libras de combustível, isto equivaleria a apenas 27,21kg. Se considerarmos a informação constante na ficha de peso e balanceamento, de 250kg de combustível, isto equivaleria a 551,14 libras. Ou seja, o valor de combustível usado no cálculo de peso e balanceamento da empresa difere do valor informado no diário da bordo.

Os valores informados na Ficha de Peso e Balanceamento são contraditórios com a informação constante no Diário de Bordo e com o previsto no MGO, felizmente, neste caso, a somatória de erros apresentados não levaria a extrapolação do envelope. Permanece, entretanto, o perigo latente de a somatória de erros desta natureza levarem à extrapolação do centro de gravidade, vindo a por em risco tripulantes e passageiros.

A IAC 3151 preconiza os procedimentos para preenchimento do Diário de Bordo, a saber:

4.2 RESPONSABILIDADE

Conforme estabelecido no CBA, o Diário de Bordo deverá ser assinado pelo comandante da aeronave, que também é o responsável pelas anotações nele constantes, incluindo os totais de tempos de voo e de jornada.

9.3 PREENCHIMENTO DO DIÁRIO DE BORDO PELA TRIPULAÇÃO

O Diário de Bordo deverá ser preenchido de maneira que todos os dados referentes a uma etapa de voo estejam preenchidos e assinados pelo comandante da aeronave, antes da saída da tripulação da aeronave após o término do voo. As instruções de preenchimento estão contidas no Capítulo 17 desta IAC.

[...]

3. Constam ainda do processo as seguintes informações:

Página nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB (fl. 03 do arquivo SEI nº 0066286), referente à data de 23/11/2013, na qual está indicado que na etapa 01 a aeronave estava com combustível total "60".

Manifesto de Carga e Balanceamento (fl. 04 do arquivo SEI nº 0066286), referente à etapa de voo com origem SBMT e destino SIBH na data de 23/11/2013, em que consta indicado o peso de 60kg no assento 3 e o peso de 70kg no assento 4. Neste documento, consta a informação de que o combustível de decolagem era de 250Kg. Consta, ainda, tabela de carregamento de combustível.

Manifesto de Carga e Balanceamento (fl. 05 do arquivo SEI nº 0066286), referente à etapa de voo com origem SIBH e destino SSXX na data de 23/11/2013, em que consta indicado o peso de 60kg no assento 3 e o peso de 70kg no assento 4.

Página do Manual Geral de Operações (fl. 06 do arquivo SEI nº 0066286), em que consta o item 8.1.3 "PESO PADRÃO DE PASSAGEIROS E BAGAGENS", no qual é estabelecido que ao calcular o balanceamento da aeronave o tripulante responsável deverá adotar como peso padrão para passageiro adulto o valor de 75Kg.

DEFESA

4. O interessado foi devidamente notificado, conforme demonstrado em AR (Aviso de Recebimento) (fl. 08 do arquivo SEI nº 0066286).

5. Consta termo de decurso de prazo (fl. 09 do arquivo SEI nº 0066286), que informa que não foi apresentada defesa no prazo de 20 dias.

DECISÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA - DC1

6. O setor competente, em decisão motivada (SEI nº 0243571 e SEI nº 0340312) de 18/01/2017, considerou que ficou configurada a prática da infração à legislação vigente, em especial ao previsto no art. 302, inciso II, alínea "n" do CBA. Aplicou a multa em seu patamar mínimo, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), haja vista a ausência de circunstâncias agravantes previstas no parágrafo segundo e a existência de circunstância atenuante, prevista no parágrafo primeiro, inciso III do art. 22 da Resolução ANAC nº 25/2008.

RECURSO

7. Por meio do recurso (0407504) a parte requereu a anulação do auto de infração em tela, alegando, em síntese, que *"a decisão proferida não merece prosperar, encontrando-se, a exemplo de todo ocorrido, maculada por vícios insanáveis, podendo, ante o direito ao devido processo legal e o direito de defesa, garantidos constitucionalmente, ser reanalisado e devidamente alterado, sob pena de patente infração aos preceitos magnas que regem as relações."*

CONVALIDAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO

8. Respalado pelo art. 50, § 1º, da Lei 9.784/1999 aproveita-se como parte integrante desta análise relato constante do Parecer 396 (2531553), a seguir transcrito:

Número de ocorrências descritas no AI nº 00180/2014/SPO

Com relação ao número de ocorrências descritas no AI nº 00180/2014/SPO destacam-se as seguintes informações contidas no referido AI:

HISTÓRICO: Verifica-se na folha nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB, que na data de 23 de novembro do 2013 foi efetuado voo entre os aeródromos SBMT-SIBH-SSXX. (...) Observa-se que foram transportados 02 passageiros em voo de fretamento (FR), nas duas etapas. O peso adotado por tripulante, na ficha de peso e balanceamento difere do que foi estipulado no item 8.1.3 do MGO aprovado da empresa, de 75kg para passageiro adulto, visto terem sido lançados passageiros com 60 e 70kg (diferença total de 15kg).

(...)

51.2. Deste trecho do AI nº 00180/2014/SPO, é possível verificar que o mesmo se refere às duas etapas de voo registradas na folha nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB (fl. 03 do Volume SEI nº 0066286). Enquanto que, no que se refere à divergência entre a quantidade de combustível registrada no diário de bordo e no manifesto de carga e balanceamento, a descrição do ato tido como infracional é específico para a etapa de voo referente ao primeiro trecho registrado na referida página do livro de bordo, sendo este SBMT-SIBH.

51.3. Adicionalmente, na folha nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB é possível identificar o registro de transporte de 02 passageiros nas duas etapas de voo registradas, sendo estas SBMT-SIBH e SIBH-SSXX. Além disso, no manifesto de carga e balanceamento (fl. 04 do Volume SEI nº 0066286) relativo ao trecho SBMT-SIBH consta o registro de passageiro com 60kg no assento 3 e passageiro com 70kg no assento 4. Assim como, no manifesto de carga e balanceamento (fl. 05 do Volume SEI nº 0066286) relativo ao trecho SIBH-SSXX também consta o registro de passageiro com 60kg no assento 3 e passageiro com 70kg no assento 4.

51.4. Diante do exposto, de fato, verifica-se que, no que se refere ao registro do peso adotado por passageiro no manifesto de carga e balanceamento, o AI nº 00180/2014/SPO abrange as duas etapas de voo, caracterizando, assim, a descrição de ocorrência de dois atos infracionais. Sendo a descrição de um ato infracional referente ao manifesto de carga e balanceamento do trecho SBMT-SIBH, sendo descrito para este trecho discrepância no registro do peso de passageiro com o previsto no MGO da empresa, além de ser descrito para este trecho divergência entre a quantidade de combustível registrada no diário de bordo e a quantidade registrada no manifesto

de carga e balanceamento. Enquanto, que a descrição de ato infracional referente ao trecho SIBH-SSXX se refere somente ao registro do peso de passageiro no manifesto de carga e balanceamento em desacordo com o previsto no MGO.

51.5. Assim, identifico que o AI nº 000180/2014/SPO comunica a ocorrência de dois possíveis atos infracionais distintos, sendo um, conforme já esclarecido, referente às discrepâncias do manifesto de carga e balanceamento relativo ao trecho SBMT-SIBH e o outro referente às discrepâncias do manifesto de carga e balanceamento relativo ao trecho SIBH-SSXX.

51.6. Em que pese as discrepâncias descritas serem referentes ao preenchimento do manifesto de carga e balanceamento relativos aos **dois** trechos registrados na folha nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB, foi aplicada apenas **uma** única multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) em função de ter sido considerada configurada a prática de infração ao previsto na alínea "n" do inciso II do art. 302 do CBA. Neste caso, vislumbro que no AI nº 00180/2014/SPO são descritos dois atos infracionais diferentes, em função disso, se for confirmada a sanção, entendo que deve ser aplicado o valor referente ao cometimento de duas infrações.

9. O setor de segunda instância decidiu (SEI nº 2531553 e SEI nº 2536419), em 07/02/2019:

• pela CONVALIDAÇÃO dos campos "HORA" e "LOCAL" do AI nº 00180/2014/SPO para que passe a constar as informações apresentadas na tabela a seguir.

HORA	LOCAL
09:31	SBMT
10:46	SIBH

• pela NOTIFICAÇÃO ANTE A POSSIBILIDADE DE DECORRER GRAVAME À SITUAÇÃO DO RECORRENTE, diante da possibilidade de aplicação do valor da multa referente ao cometimento de duas infrações, com o agravamento para o valor de R\$4.000,00 (quatro mil reais), de forma que o mesmo, querendo, venha no prazo de 10 (dez) dias, formular suas alegações, cumprindo, assim, o disposto no art. 64, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99 e no art. 44, §3º, da Resolução ANAC nº 472/2018. Pela CONVALIDAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO nº 00180/2014/SPO, complementando o enquadramento para passar a constar a alínea "n" do inciso II do art. 302 do CBA c/c item 17.4(l) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135, com base no art. 19 da Resolução ANAC nº 472/2018, de forma que a Secretaria da ASJIN venha a notificar o interessado quanto à convalidação do Auto de Infração para que o mesmo, querendo, venha no prazo total de 10 (dez) dias, formular suas alegações, com fundamento no §1º do art. 19 da Resolução ANAC nº 472/2018.

10. O interessado foi notificado acerca da convalidação do Auto de Infração e da possibilidade de agravamento da sanção para o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) em 28/08/2019, conforme demonstrado em AR (SEI nº 3458213). Não consta dos autos nova manifestação do interessado.

DILIGÊNCIA

11. Por ocasião da Decisão (4669903) o processo foi convertido em diligência, conforme excerto a seguir:

CONVERTER EM DILIGÊNCIA o presente processo, retornando os autos à Secretaria da ASJIN, para que sejam encaminhados à CCPI/SPO, de forma que sejam analisados os documentos acostados ao processo e demais documentos mencionados nesta diligência, bem como que os seguintes quesitos sejam respondidos/atendidos:

1. Qual servidor é o agente atuante responsável pela lavratura do AI nº 00180/2014/SPO?
2. A qual servidor foi atribuída a credencial nº A-1934?
3. De que maneira se demonstra a rastreabilidade da emissão da credencial nº A-1934 pela ANAC?
4. A credencial nº A-1934 estava válida na data de 20/01/2014 (data da lavratura do AI nº 00180/2014/SPO)?
5. A CCPI/SPO entende que o AI nº 00180/2014/SPO cumpre os requisitos que eram previstos no inciso V do art. 8º da Resolução ANAC nº 25/2008 e inciso VIII do art. 6º da IN ANAC nº 08/2008, no que tange à identificação do atuante?
6. Caso, após resposta dos quesitos acima, seja identificado que o AI nº 00180/2014/SPO não atende aos requisitos previstos nas normas em vigor à época para identificação do atuante, solicita-se que seja juntada aos autos via do Auto de Infração nº 00180/2014/SPO assinada por servidor competente e identificado, com base no previsto no *caput* do art. 19 da Resolução ANAC nº 472/2018.

12. Por meio do Parecer 1436 (4930023) a área diligenciada em síntese, assim informou:

I - Que Adriano Silva Baumgartner, SIAPE 1740659, Credencial PEL (Licenças) A-1934, Credencial OPS (Operações) A-2044, é o agente atuante responsável pela lavratura do AI nº 00180/2014/SPO;

II - Que a credencial nº A-1934 foi atribuída ao servidor Adriano Silva Baumgartner;

III - Que a credencial nº A-1934 estava válida na data de 20/01/2014 (data da lavratura do AI nº 00180/2014/SPO);

[...]

13. Foram anexados ao processo os certificados do servidor responsável pela autuação (4930029) e (4930030).

14. Em relação ao alegado pelo recorrente, sobre a incompetência do atuante, cabe registrar que os documentos encaminhados pelo Parecer 1436 (4930023) demonstram que o Inpac atuante era pessoa competente para a consecução dos atos necessários à autuação. **Dessa forma verifica-se o esvaziamento do alegado em recurso quanto à incompetência do atuante ou qualquer descumprimento do art. 8º da Resolução ANAC nº 25/2008.**

15. Por meio do Ofício 11241 (4993941) o interessado foi intimado para se manifestar no processo, conforme art. 40, parágrafo único da Resolução ANAC nº 472, de 6 de junho de 2018, tendo

em vista a possibilidade de agravamento da sanção para o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). **Findo o prazo sem manifestação do interessado, o processo foi encaminhado para a análise.**

16. Vêm os autos para análise.

17.

18. **É o breve Relatório.**

FUNDAMENTAÇÃO

19. **Quanto à Fundamentação da Matéria** – Infringir as normas e regulamentos que afetam a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de vôo, com fundamentação na alínea "n" do inciso II do art. 302 da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) c/c item 17.4(l) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135.

20. O interessado foi autuado porque, conforme apurado pela fiscalização, operou na data de 23 de novembro de 2013, entre os aeródromos SBMT-SIBH-SSXX, tendo registrado na ficha de peso e balanceamento, o peso dos passageiros de forma contrária ao estipulado no item 8.1.3 do MGO aprovado da empresa. Registrou ainda quantidade de combustível divergente entre a ficha de peso e balanceamento e a folha de diário de bordo, conforme a seguinte descrição constante do auto de infração:

Descrição da ocorrência: Infringir as normas e regulamentos que afetam a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de vôo.

HISTÓRICO: Verifica-se na folha nº 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB, que na data de 23 de novembro de 2013 foi efetuado vôo entre os aeródromos SBMT-SIBH-SSXX. O comandante do vôo foi o tripulante Alexandre Cavalheiro Circelli (CANAC 102413). Observa-se que foram transportados 02 passageiros em voo de fretamento (FR), nas duas etapas. O peso adotado por tripulante, na ficha de peso e balanceamento difere do que foi estipulado no item 8.1.3 do MGO aprovado da empresa, de 75kg para passageiro adulto, visto terem sido lançados passageiros com 60 e 70kg (diferença total de 15kg). Calculado desta forma, o Peso de Decolagem foi de 1852kg, ou 98kg abaixo do máximo permitido. Consta no diário de bordo, que na primeira etapa a aeronave decolou com 60% da capacidade total do tanque de combustível, tendo sido utilizados 03% no primeiro trecho (SBMT-SIBH). Na ficha de peso e balanceamento desta etapa, consta que a aeronave estava com 250kg de combustível no momento da decolagem (SBMT-SIBH). Valendo-se da tabela constante na parte inferior, calcula-se que os 250kg equivalem a 316,45 litros ou 59,071% da capacidade do tanque, o que difere do informado no Diário do Bordo. Se por outro lado for considerada a informação de que a aeronave estava abastecida com 58% da capacidade máximo do tanque, isto equivaleria a 321,42 litros ou 253,92kg; o que também difere da informação apresentada.

21. Diante da infração do processo administrativo em questão, a autuação foi realizada com fundamento na alínea alínea "n" do inciso II do artigo 302 do CBA, que dispõe o seguinte, *in verbis*:

CBA

Art. 302. A multa será aplicada pela prática das seguintes infrações:

[...]

II - infrações imputáveis a aeronautas e aeroviários ou operadores de aeronaves:

[...]

n) infringir as normas e regulamentos que afetem a disciplina a bordo de aeronave ou a segurança de vôo;

[...]

(grifos nossos)

22. Com relação à norma complementar, deve-se observar o disposto no RBAC 135 e na IAC 3151:

RBAC 135

135.63 Requisitos de conservação de registros

(...)

(c) Cada detentor de certificado é responsável pela preparação e precisão de um manifesto de carga em duplicata contendo informações concernentes ao carregamento da aeronave. O manifesto deve ser preparado antes de cada decolagem e deve incluir:

(1) o número de passageiros;

(2) o peso total da aeronave carregada;

(3) o peso máximo de decolagem permitido para o voo;

(4) os limites do centro de gravidade;

(5) o centro de gravidade da aeronave carregada, exceto que o centro de gravidade real não precisa ser calculado se a aeronave for carregada de acordo com um planejamento de carregamento ou outro método aprovado que garanta que o centro de gravidade da aeronave carregada está dentro dos limites aprovados. Nesses casos deve ser feita uma anotação no manifesto indicando que o centro de gravidade está dentro dos limites conforme um planejamento de carregamento ou outro método aprovado;

(6) a matrícula de registro da aeronave ou o número do voo;

(7) a origem e o destino; e

(8) identificação dos tripulantes e as suas designações.

IAC 3151

17.4 ANEXOS 4 E 5 - PARTE I – REGISTROS DE VÔO – Preencher de acordo com as seguintes orientações:

[...]

1) COMBUSTÍVEL (COMB-TOTAL) - preencher com o total de combustível existente antes da decolagem;

[...]

ANÁLISE.

23. No presente caso a unidade autuante entendeu pela aplicação de multa no **patamar mínimo**, no valor de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, com fundamento no Anexo I, da Resolução n.º 25 da ANAC, de 25 de abril de 2008, haja vista a **ausência** de circunstâncias agravantes previstas no parágrafo segundo, e a **existência** de circunstância atenuante prevista no parágrafo primeiro, inciso III, conforme consulta ao SIGEC, considerado o rol taxativo fincado no art. 22 da referida Resolução.

24. Por ocasião da decisão (2531553) (2536419) de 07/02/2019, com fundamento no art. 44, §3º, da Resolução ANAC n.º 472/2018, restou decidido a notificação do interessado, para interposição de recurso, ante a possibilidade de **agravamento da sanção para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, tendo em vista a existência de dois atos infracionais diferentes conforme apontado no item 51.6 do Parecer 396 (2531553) a seguir transcrito:

51.6 Em que pese as discrepâncias descritas serem referentes ao preenchimento do manifesto de carga e balanceamento relativos aos **dois** trechos registrados na folha n.º 4019 do diário de bordo da aeronave PT-HYB, foi aplicada apenas **uma** única multa no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) em função de ter sido considerada configurada a prática de infração ao previsto na alínea "n" do inciso II do art. 302 do CBA. Neste caso, vislumbro que no AI n.º 00180/2014/SPO são descritos dois atos infracionais diferentes, em função disso, se for confirmada a sanção, entendo que deve ser aplicado o valor referente ao cometimento de duas infrações.

25. **Cabe registrar que o interessado não formulou alegações sobre o agravamento da sanção.**

26. A Resolução n.º 566, de 12 de junho de 2020, que alterou a Resolução n.º 472, de 6 de junho de 2018, possibilitou a aplicação da infração de natureza continuada. De acordo com a norma citada pode ser caracterizada como infração continuada a prática de ação de natureza idêntica, apuradas em uma mesma oportunidade fiscalizatória.

Resolução 472/2018, alterada pela Resolução n.º 566/2020

Da Infração Administrativa de Natureza Continuada

Art. 37-A. Poderá ser caracterizada infração administrativa de natureza continuada a prática, pelo mesmo regulado, de mais de uma ação ou omissão que configurem infração administrativa de natureza idêntica, apuradas em uma mesma oportunidade fiscalizatória.

Parágrafo único. Será afastada a caracterização da infração continuada quando constatada a existência de prática ou circunstância que evidencie violação, pelo agente infrator, ao dever de lealdade e boa-fé que rege as relações entre administrado e Administração.

Art. 37-B. Caracterizada a natureza continuada das condutas infracionais, nos termos do art. 37-A desta Resolução, será aplicada multa, considerando-se o patamar médio da tabela constante na Resolução específica vigente à época da infração, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

Valor total da multa = valor da multa unitária * quantidade de ocorrências^{1/f}

Em que a variável "f" assume um dos seguintes valores:

f1 = 1,85 quando não verificada qualquer circunstância descrita nos incisos I a V do § 2º do art. 36 desta Resolução.

f2 = 1,5 quando verificada ao menos uma das circunstâncias descrita nos incisos I a V do § 2º do art. 36 desta Resolução.

f3 = 1,15 quando verificadas, cumulativamente, as circunstâncias descritas no inciso III e no inciso IV do § 2º do art. 36 desta Resolução.

§ 1º A verificação de cada circunstância descrita nos incisos I a III do § 1º do art. 36 desta Resolução ensejará o acréscimo de 0,15 ao valor da variável "f" a ser aplicada.

§ 2º Valores diferentes de f1, f2 e f3 poderão ser definidos em Resolução específica que disciplina a matéria objeto da autuação." (NR)

27. Cabe ressaltar sobre a possibilidade de aplicabilidade imediata da Resolução 566/2020 da ANAC, conforme excerto a seguir:

Resolução ANAC n.º 566/2020

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2020 e terá aplicabilidade imediata a todos os processos administrativos sancionadores em que não tenha ocorrido o trânsito em julgado administrativo, na forma do art. 49 da Resolução n.º 472, de 6 de junho de 2018.

28. Diante dos atos infracionais narrados no AI n.º 00180/2014/SPO, quais sejam, discrepâncias no registro de peso de passageiro no manifesto de carga e balanceamento da aeronave PT-HYB em relação ao previsto no MPGO da empresa, em duas operações, uma operação relativa ao trecho SBMT-SIBH e outra operação relativa ao trecho SIBH-SSXX, avalia-se a possibilidade de aplicação de infração de natureza continuada conforme delineado no art. 37-A da Resolução ANAC n.º 472/2018.

29. Considerando-se a incidência da circunstância atenuante de inexistência de aplicação definitiva de sanções nos 12 (doze) meses anteriores à data do cometimento da infração em julgamento e considerando-se a inexistência de circunstâncias agravantes aplicáveis ao caso, o fator f foi calculado em 2,00, resultando no seguinte valor de multa: **R\$ 4.949,75**.

30. Verifica-se que a aplicação da infração continuada culminaria em um valor de multa maior do que o valor de **R\$ 4.000,00** agravado pela decisão de segunda instância (2536419).

31. Para solucionar o problema, deve-se lembrar que a infração continuada foi adotada na ANAC com a finalidade de atenuar os valores de multa, de forma a desincentivar a prática de infrações mas sem inviabilizar o negócio do regulado, conforme depreende-se do processo 00058.044922/2019-81 que instituiu a Resolução n.º 566, de 12 de junho de 2020.

Nota Técnica 3 (4203603)

5.12 Ainda assim, não se pretende que as sanções possam atingir valores altos o suficiente para inviabilizar o negócio do regulado, mas, sim, aproximar a regulação da ANAC do modelo de regulação mais responsiva. Nesse sentido, a pretensão da regulação é provocar o retorno do regulado à situação de conformidade com os regulamentos, o que entendemos que propicia maiores níveis de segurança para a sociedade. Desse modo, se verificada a ocorrência de sucessivas infrações pelo regulado em uma única fiscalização, **pretende-se aplicar uma sanção que leve em conta uma proporcionalidade atenuada, que mitigue o valor da sanção e permita a continuidade do negócio, mas sem se afastar completamente da proporcionalidade.**

considerando que a quantidade de infrações deve ser levada em conta para a fixação da sanção a ser aplicada. (grifei)

32. Nesta linha, temos a eloquência da redação do caput do art. 37-A, ao utilizar o termo poderá ao invés de deverá. Dessa forma, entendo que a aplicação da infração continuada, no presente caso, seria uma decisão contrária à finalidade da Resolução nº 566/2020, **razão pela qual sugere-se o afastamento do instituto e manutenção da multa no valor de R\$ 4.000,00.**

33. A multa no valor total de **R\$ 4.000,00**, foi aplicada em decorrência de dois atos infracionais capitulados na alínea "n" do inciso II do art. 302 do CBA, e é composta pela aplicação de duas multas de **R\$ 2.000,00**, valor mínimo para pessoa física, que se justifica pela ausência de circunstâncias agravantes e existência de uma circunstância atenuante, qual seja, a inexistência de aplicação definitiva de sanções nos 12 meses, com fulcro no art. 36, § 1º, inciso III, da Resolução nº 472/2018, conforme extrato de pesquisa a seguir colacionado.

34.

STIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS												
Atalhos do Sistema: Menu Principal												
											Usuário: stelio.alberto	
Dados da consulta		Consulta										
Extrato de Lançamentos												
Nome da Entidade: ALEXANDRE CAVALHEIRO CIRCELLI								Nº ANAC: 30000753998				
CNPJ/CPF: 17550875863								<input type="checkbox"/> CADIN: Não				
Div. Ativa: Não								Tipo Usuário: Integral		<input type="checkbox"/> UF: SP		
End. Sede: ALAMEDA DOS PELICANOS Nº 17 -								Bairro: ALPES DA CANTAREIRA		Município: MAIRIPORÃ		
CEP: 07600000								E-mail:				
Créditos Inscritos no CADIN												
Não Existem Créditos Inscritos no CADIN para este Número ANAC												
Receita	Nº Processo	Nº Auto Infração	Processo SEI	Data Vencimento	Data Infração	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Chave	Situação	Valor Débito (R\$)
2081	662344181	00180/2014	00066015820201445	16/05/2018	23/11/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	658866172	00180/2014	00066015820201445	10/03/2017	23/11/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		CAN	0,00
2081	658836170	00154/2014	00066015817201421	09/03/2017	04/10/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	658835172	00186/2014/SPO	00066015821201490	09/03/2017	17/11/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	658834174	000174/2014/SPO	00066015818201476	09/03/2017	15/11/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	658833176	00176/2014/SPO	00066015819201411	09/03/2017	18/11/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		RE2	0,00
2081	658832178	00180/2014/SPO	00066015820201445	09/03/2017	23/11/2013	R\$ 2 000,00		0,00	0,00		CAN	0,00
Totais em 01/03/2021 (em reais):						14 000,00		0,00	0,00			0,00

DA CONCLUSÃO

35. Pelo exposto, diante do silêncio do recorrente sobre a decisão de agravamento da multa pela decisão (2536419), levo o presente processo ao conhecimento do Presidente da Turma Recursal - RJ, com sugestão de manutenção da multa no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** pelas irregularidades narradas no AI nº 00180/2014/SPO, por duas infrações à alínea "n" do inciso II do art. 302 da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) c/c item 17.4(I) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135.

É o Parecer e Proposta de Decisão.

Submete-se ao crivo do decisor.



Documento assinado eletronicamente por **Stelio Costa Melo Alberto, Técnico(a) em Regulação de Aviação Civil**, em 07/05/2021, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **5396265** e o código CRC **B51E4FCB**.

Referência: Processo nº 00066.015820/2014-45

SEI nº 5396265



AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
CJIN - CJIN

DECISÃO MONOCRÁTICA DE 2ª INSTÂNCIA Nº 39/2021

PROCESSO Nº 00066.015820/2014-45

INTERESSADO: Alexandre Cavalheiro Circelli, Coordenação de Controle e Processamento de Irregularidades

1. Trata-se proposta de agravamento da multa aplicada em primeira instância identificada no Auto de Infração nº 180/2014/SPO, alínea "n" do inciso II do art. 302 da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) c/c item 17.4(l) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135.
2. O interessado não formulou alegações acerca da possibilidade de agravamento da sanção.
3. Analisados todos os elementos constantes dos autos, em especial manifestações do interessado.
4. Foi dada ampla oportunidade de manifestação no feito, respeitados prazos e dialética processual, de modo que preservados ampla defesa e contraditório inerentes ao certame.
5. O parecer que cuidou da análise do caso entendeu pela REFORMA da multa para o valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** em virtude da descrição de dois atos infracionais no auto de infração em análise.
6. De acordo com a proposta de decisão (SEI nº 5396265). Ratifico na integralidade os entendimentos da análise referenciada, adotando-os como meus e tornando-os parte integrante desta decisão, com respaldo nos termos do artigo 50, §1º da Lei nº 9.784/1999.
7. Dosimetria proposta adequada para o caso.
8. Consideradas as atribuições a mim conferidas pelas Portarias nº 751, de 07/03/2017 e 1.518, de 14/05/2018 e, ainda, com lastro no art. 44 da Resolução ANAC nº 472/2008 e competências ditadas pelo art. 30 do Regimento Interno da ANAC (Resolução ANAC nº 381/2016), **DECIDO** pela REFORMA da sanção, **AGRAVANDO-SE** a multa para o valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** pelas irregularidades narradas no AI nº 00180/2014/SPO, por duas infrações à alínea "n" do inciso II do art. 302 da Lei nº 7.565/1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica - CBA) c/c item 17.4(l) da IAC 3151 c/c item 135.63(c) do RBAC 135.

À Secretária.

Notifique-se.

Publique-se.

Cássio Castro Dias da Silva

SIAPE 1467237


Presidente da Turma Recursal - Rio de Janeiro



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Castro Dias da Silva, Presidente de Turma**, em 07/05/2021, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anac.gov.br/sei/autenticidade>, informando o código verificador **5417160** e o código CRC **416723A5**.

 **SIGEC :: SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE CRÉDITOS**
 Atalhos do Sistema: [Menu Principal](#)

Usuário: tarcisio.barros

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: ALEXANDRE CAVALHEIRO CIRCELLI Nº ANAC: 30000753998
 CNPJ/CPF: 17550875863 CADIN: Não
 Div. Ativa: Não Tipo Usuário: Integral UF: SP

Receita	Nº Processo	Nº Auto Infração	Processo SEI	Data Vencimento	Data Infração	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Chave	Situação	Valor Débito (R\$)
2081	662344181	00180/2014	00066015820201445	09/07/2021	23/11/2013	R\$ 4 000,00		0,00	0,00		DC2	4 000,00
Totais em 25/05/2021 (em reais):						4 000,00		0,00	0,00			4 000,00

Legenda do Campo Situação

- | | |
|--|--|
| AD3 - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA
AD3N - RECURSO ADMITIDO EM 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO
CA - CANCELADO
CAN - CANCELADO
CAN-P - PRESCRIÇÃO PUNITIVA
CD - CADIN
CP - CRÉDITO À PROCURADORIA
DA - DÍVIDA ATIVA
DC1 - DECIDIDO EM 1ª INSTÂNCIA, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA
DC2 - DECIDIDO EM 2ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA
DC3 - DECIDIDO EM 3ª INSTÂNCIA, MAS AGUARDANDO CIÊNCIA
DG2 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 2ª INSTÂNCIA
DG3 - DILIGÊNCIAS POR INICIATIVA DA 3ª INSTÂNCIA
EF - EXECUÇÃO FISCAL
GDE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR DEPÓSITO JUDICIAL
GPE - GARANTIA DA EXECUÇÃO POR PENHORA REGULAR E SUFICIENTE
IN3 - RECURSO NÃO FOI ADMITIDO A 3ª INSTÂNCIA
INR - REVISÃO A PEDIDO OU POR INICIATIVA DA ANAC NÃO FOI ADMITIDA
IT2 - PUNIDO PQ RECURSO EM 2ª FOI INTEMPESTIVO
IT3 - PUNIDO PQ RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA FOI INTEMPESTIVO
ITD - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR
ITDN - RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR, SEM EFEITO SUSPENSIVO
ITT - RECURSO EM 3ª INSTÂNCIA INTEMPESTIVO, MAS AINDA AGUARDANDO CIÊNCIA DO INFRATOR
PC - PARCELADO | PG - QUITADO
PGDJ - QUITADO DEPÓSITO JUDICIAL CONVERTIDO EM RE
PP - PARCELADO PELA PROCURADORIA
PU - PUNIDO
PU1 - PUNIDO 1ª INSTÂNCIA
PU2 - PUNIDO 2ª INSTÂNCIA
PU3 - PUNIDO 3ª INSTÂNCIA
RAN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC
RANS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DA ANAC
RE - RECURSO
RE2 - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA
RE2N - RECURSO DE 2ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO
RE3 - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA
RE3N - RECURSO DE 3ª INSTÂNCIA SEM EFEITO SUSPENSIVO
REN - RECURSO SEM EFEITO SUSPENSIVO
RS - RECURSO SUPERIOR
RSN - RECURSO SUPERIOR SEM EFEITO SUSPENSIVO
RVS - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTERE
RVSN - PROCESSO EM REVISÃO POR INICIATIVA DO INTER
RVT - REVISTO
SDE - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DEPÓSITO JUDI
SDJ - SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE POR DECISÃO JUDICI
SUS-P - PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA
SUS-PEX - SUSPENSÃO POR PRESCRIÇÃO - PARCELAMENTO |
|--|--|

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial Imprimir Exportar Excel